

## Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital

**Marcus Abílio Pereira**

### RESUMO

Muitos dos acontecimentos e práticas políticas ocorridos no último século e que continuam ocorrendo neste início de novo milênio estão relacionados ao desenvolvimento de novas tecnologias. A apropriação de tecnologias de informação e comunicação (TICs) pelos movimentos sociais tem favorecido o surgimento de novas formas de ativismo, perpassadas por infra-estruturas tecnológicas que determinam e são determinadas pelas próprias práticas. No presente trabalho procurarei analisar como a internet pode favorecer a criação e o aperfeiçoamento de novos repertórios de ação dos movimentos sociais contemporâneos, através do desenvolvimento de novos processos constitutivos, organizativos e de mobilização. Irei analisar as relações dos movimentos sociais com os meios de comunicação de massa tradicionais através das novas tecnologias, assim como as formas de mobilização digital dos militantes internautas ocasionais, das bases dos movimentos e entre as entidades da sociedade civil.

Palavras-chave: *movimentos sociais, internet, democracia, ativismo eletrônico*

## Internet e political mobilization – social movements in the digital era

### ABSTRACT

Many political events that occurred during the last century and still happen at the beginning of this millennium are related to the development of technology. The appropriation of the new technologies of information and communication by the social movements has collaborated for the development to new forms of political activism surpassed by technologic infra-structure that are determined and determine new practices. In this paper I will analyze how internet can favor the creation and development of new repertoires of action by contemporary social movements, through mobilization processes. I will analyze the relation between social movements and the traditional mass media through new technologies, and new ways of digital mobilization with occasional digital militants, grass roots movements and associations from civil society.

Key words: *social movements, internet, democracy, electronic activism.*

## **1) Introdução**

A modernidade pode ser definida politicamente por instituições democráticas e social e culturalmente pela civilização tecnológica (Barber, 1999). Uma das principais características das sociedades contemporâneas é o grande desenvolvimento das telecomunicações a partir da revolução da microeletrônica. Os sistemas de informação e comunicação vêm promovendo uma modificação nas noções do tempo e do espaço, transformando radicalmente nossos sistemas de produção (Castells, 1996; Touraine, 1981; Melucci, 1996; Barber, 1999; Santos, 2002a). A Internet é o principal sistema de informação e comunicação dentro da sociedade contemporânea (Warf and Grimes, 1997).

Este texto tem por objetivo analisar as relações entre os movimentos sociais e diferentes atores sociais através das novas TIC's. No primeiro tópico irei discorrer sobre a relação entre os movimentos sociais e sua importância para o aprofundamento democrático, a partir do ativismo político *online*, que transcende a partilha de espaços decisórios e está centrado na luta pela possibilidade de construção e definição dos significados através de discursos públicos. Em seguida, discutirei as mudanças na relação entre os movimentos sociais e os meios de comunicação de massa a partir do desenvolvimento e apropriação das nTICs. Por último, procuro analisar as formas de mobilização política desenvolvidas entre as organizações e os militantes internautas ocasionais, entre as primeiras e suas bases e, por último entre as próprias organizações.

## **2) Movimentos sociais, democracia e internet**

O papel dos movimentos sociais contemporâneos é o de promover a democratização das relações sociais dentro da sociedade civil, através da redefinição de papéis, normas, identidades (individuais e coletivas) conteúdos e modos de

interpretação de discursos existentes na esfera pública. Desta forma, o desenvolvimento de políticas de inclusão – novos atores sociais reconhecidos como legítimos representantes dentro da sociedade política - e políticas de influência – através da mudança nos discursos políticos, de forma a levarem em conta novas identidades, necessidades, interpretações e normas - é fundamental para este projeto de sociedade civil democratizada (Cohen e Arato, 1992, p. 526).

Nas sociedades contemporâneas, baseadas no controle da informação, a intervenção para a manutenção do próprio sistema ocorre também nos domínios culturais e sociais, e não mais somente no sistema de produção material, pois nestas sociedades a produção está também baseada nas relações sociais, nos símbolos, nas identidades e nas necessidades individuais (Melucci, 1996, p. 99).

Os conflitos inerentes a este modelo societário serão, portanto, baseados na luta pelos significados construídos por aparatos informacionais. Os movimentos sociais contemporâneos promovem uma luta pela possibilidade de construção e definição dos significados através de discursos públicos, sendo que os conflitos daí decorrentes não estão vinculados às classes das sociedades industriais, mas sim a grupos que defendem posições distintas em relação aos recursos cognitivos e simbólicos. Desta forma, os movimentos sociais se manifestam através de discursos públicos, que existem socialmente como

The outcome of a complex game of interactions, where indeed the goals and interests of power groups and political apparatuses play a part, but to which, however, the chief contribution is made by the communicators themselves through their professional skills and organizational dynamism, as it is, moreover, by the consumers of their output (Melucci, 2006, p. 225).

Neste contexto a mídia possui um papel relevante como fonte de interpretação da realidade, modificando e expandindo áreas de experiência individual, intervindo na formação da opinião pública e contribuindo para a definição de identidades individuais e coletivas (della Porta and Diani, 1999, p. 40). Os meios de comunicação de massa configuram o nosso cotidiano, sendo um elemento importante de disputa pela definição de identidades individuais e coletivas que perpassam tanto a esfera privada quanto pública. Isto porque a esfera privada tornou-se também um espaço de disputa e mobilização de conflitos.

Os fluxos comunicativos que perpassam as esferas públicas devem permitir que os indivíduos que delas fazem parte sejam capazes de reconhecer problemas, avaliar possibilidades e argumentar, na busca de consensos ou não, pautados pelas informações disponíveis. A busca por uma democracia de alta intensidade deve ter também como objeto de análise os enquadramentos cognitivos e as relações que permitam aos indivíduos experimentar a realidade. Sendo assim, torna-se inviável uma democracia mais inclusiva sem a análise dos fluxos que informam os debates que irão ocorrer nas esferas públicas.

Estes fluxos comunicativos são oriundos de diferentes subsistemas (Estado, mercado, sociedade civil) e deles deve-se exigir o reconhecimento de sua origem e dos diversos interesses que neles se manifestam. O sistema político e a esfera pública são perpassados pelos fluxos midiáticos, tanto de cima para baixo (os discursos políticos dos representantes que informam e procuram conquistar legitimidade para suas decisões na esfera pública) quanto de baixo para cima (a manifestação das demandas dos atores sociais que buscam adentrar na sociedade política).

Partindo do pressuposto de que o controle da mídia e da produção simbólica é fundamental tanto para a capacidade de mobilização dos movimentos sociais quanto para influenciar a opinião pública e pressionar o sistema político, os movimentos sociais podem ter duas posturas distintas. A primeira é a de desenvolver repertórios de ação de forma a conseguir a atenção dos meios de comunicação massiva. A segunda é desenvolver os seus próprios meios de comunicação, na busca por definir e enquadrar suas demandas, investir nos potenciais alvos, organizar a ação coletiva e, por último, atrair a atenção dos meios massivos. Em ambos os casos podemos perceber a importância que é dada à mídia dentro dos movimentos sociais contemporâneos em sua luta por reconhecimento. De acordo com Ion et alli :

On peut voir dans cette médiatisation de l'engagement un effet de l'importance prise par les medias dans la vie publique. Certes, le developpement exponentiel du champ médiatique offre une surface d'expression élargie à la protestation publique, ouvre en quelque sorte un espace de visibilité à conquérir. Mais les engagements qui s'y déploient ne doivent pas uniquement être vus sous une dimension stratégique destine à «forcer» l'accès aux medias. On peut y voir également la tentative de groups non reconnus pour se rendre visibles et faire entendre leur voix (Ion et alli, 2005 p. 32)

Não há como negar que o acesso à informação, à produção e distribuição são elementos-chave para se avaliar as relações de poder nas sociedades democráticas. A liberdade de expressão, a pluralidade de canais de informação e respectiva independência, o acesso amplo de diferentes estratos sociais à informação e aos novos meios de comunicação são elementos relevantes na construção de relações de poder. Mas para além da mera constatação de tais fatos, é importante procurarmos encontrar possíveis formas com que a Internet possa colaborar para a própria construção das esferas públicas, entendidas como um espaço de disputa, negociação, definição e redefinição de significados entre atores sociais e como estes mesmos mecanismos definem as relações entre os diferentes atores, dado que estas tecnologias modificaram e continuam a modificar as maneiras com que as pessoas interagem.

A Internet aumenta o escopo das possíveis práticas que podem ou não favorecer a legitimidade do sistema democrático. Se a vinculação à democracia passa não apenas por pressupostos racionais, mas também através das práticas cotidianas (Mouffe, 2000) o uso desta tecnologia como instrumento de propagação da informação e como meio de comunicação pode colaborar para tal processo.

Neste sentido, o desenvolvimento da internet como novo meio de comunicação e informação é fundamental para os movimentos sociais contemporâneos. Isto porque, como sustenta Castells:

A comunicação de valores e a mobilização em torno do sentido são fundamentais. Os movimentos culturais (entendidos como movimentos que têm como objectivo defender ou propor modos próprios de vida e sentido) constroem-se em torno de sistemas de comunicação – essencialmente a Internet e os meios de comunicação – porque esta é a principal via que estes movimentos encontram para chegar àquelas pessoas que podem eventualmente partilhar os seus valores, e a partir daqui actuar na consciência da sociedade no seu conjunto (Castells, 2004, p. 170)

Na minha análise sobre as formas de ação política através da apropriação da Internet irei me centrar nas formas de ativismo não institucional que ocorrem dentro da esfera pública. Muitos indivíduos ou grupos sociais, insatisfeitos e desiludidos com o poder público, não acreditam na participação eleitoral como mecanismo de mudança, e procuram agir de outras formas para manifestar seus interesses, posições e insatisfações. Por não acreditarem nas instituições políticas (pois, para eles, estas instituições reproduzem as desigualdades existentes) os ativistas procuram se manifestar a partir de

ações diretas, tais como manifestações de rua, passeatas, invasões, ocupações, interrupções de entrevistas coletivas, invasões de *sites* oficiais e outras tantas formas de manifestação, para tornarem públicas suas posições e, assim, influenciarem a esfera pública. Para desenvolvermos esta análise iremos discutir a seguir as relações entre os movimentos sociais e os meios de comunicação de massa.

### **3) Movimentos sociais e a relação com os meios de comunicação de massa tradicionais**

Os conglomerados midiáticos podem, às vezes, dificultar a visibilidade de novas temáticas desenvolvidas na esfera pública pelos movimentos sociais (Downing, 2001; Rucht, 2006; Maia, 2006; della Porta e Diani, 2006) principalmente em razão das limitações tecnológicas e das práticas desenvolvidas e utilizadas por estes meios tradicionais, que dificultam a criação de espaços interativos que conduzam à reflexão, tão fundamental para que os movimentos publicizem suas causas na esfera pública e sejam capazes de influir e convencer seu público-alvo da legitimidade das mesmas.

Em função destas dificuldades para se fazerem visíveis, a construção de *sites* oficiais das entidades, a existência de listas de discussão, blogs, twitters e de emails são elementos importantes para os movimentos sociais, de forma a se contraporem às percepções repassadas às esferas públicas pelas mídias tradicionais. A necessidade dos movimentos sociais se distanciarem de uma interpretação de si mesmos baseada apenas na percepção construída pelos meios de comunicação de massa vai ao encontro destes dispositivos, permitindo um contraponto às visões externas construídas pela mídia impressa, televisiva e radiofônica. Trata-se de uma tentativa de se conquistar certa autonomia em relação aos meios ditos “oficiais” de interpretação das práticas e do próprio significado dos movimentos sociais. Segundo Granjon:

Dans un contexte où la dimension symbolique des luttes devient vraiment importante, le travail volontaire de mise en scène et de production directe d'une représentation de ses propres intérêts est primordial. Celui que sélectionne, contrôle et présente l'information détermine forcément en majeure partie la configuration du monde et la façon dont elle s'ouvre à l'altérité. (2001, p. 115)

A Internet oferece as condições para que um processo reflexivo de recepção das mensagens aconteça, diferentemente dos mídia tradicionais. Primeiramente, trata-se de um dispositivo no qual as interações podem tomar diferentes formas - um para um, um para muitos, muitos para muitos, muitos para um, no qual as informações e comunicações podem circular nos níveis local, nacional ou global e, comparativamente, com baixas barreiras de entrada (Chadwick, 2006), permitindo assim que a contra-informação, tão cara aos movimentos sociais (em função de coberturas algumas vezes tendenciosas e outras vezes não reflexivas dos canais tradicionais da mídia) se desenvolva e alcance espaços e indivíduos a custos mais baixos do que através dos meios tradicionais de informação e comunicação. Segundo Salter,

The Internet can be seen as a foundational medium for civil society and the informal public sphere. The Internet enables social-movement groups and organizations to communicate, to generate information, and to distribute this information cheaply and effectively, allowing response and feedback. This is in large part because of its structure as a decentered, textual communications system, the content of which has traditionally been provided by users (Salter, 2003, p. 129).

*Ipsa facto*, os movimentos encontraram na Internet um meio capaz de fornecer as condições necessárias para a criação de canais informativos e comunicativos alternativos aos grandes meios de comunicação de massa. Estes espaços eletrônicos são fundamentais para que atores da sociedade civil possam interagir através da troca de informações e percepções sobre determinadas questões. Os movimentos sociais, compreendidos aqui como caixas de ressonância das esferas sociais, são capazes de trazer para a esfera pública questões que até então estavam silenciadas. A Internet oferece o espaço para que estas questões sejam tematizadas, articuladas e publicizadas, tornando assim possível a inclusão, através da produção e distribuição de informações daqueles que até então encontravam-se “inexistentes”.

Os movimentos sociais contemporâneos, na luta pela produção e circulação da informações, buscam na Internet um meio para a construção de alternativas à imposição

de um universo simbólico que informariam as esferas públicas através de processos de cyberdifusão. Mas a relativa autonomia que estas entidades encontram para definirem suas respectivas agendas políticas e oferecerem uma outra interpretação de suas ações não significa uma relação de soma zero com os meios de comunicação existentes.

A crescente interação entre os movimentos contemporâneos e os meios massivos tem levado a uma profissionalização crescente dos seus militantes, que passam a desenvolver estratégias de enquadramento e elaboração de ações de acordo com as demandas e expectativas dos meios massivos (Rucht, 2004). Esta relação torna-se uma via de mão dupla, no qual ambas as partes pautam e são pautadas umas pelas outras na definição das temáticas que deverão ou não ser tornadas públicas, e quais deverão ser as interpretações dadas a determinados fatos considerados ou não como relevantes. Para Granjon (2001), a internet pode ser utilizada tanto com o objetivo de criar espaços de expressão, que sejam livres dos constrangimentos inerentes ao circuito tradicional de produção e difusão da informação, quanto ser apreendida como suporte de criação de espaços simbólicos suscetíveis de serem apropriados pelos atores do campo jornalístico de massa.

A cyberdifusão de determinadas informações e ou repertórios de conflito é uma das grandes características que diferenciam a Internet de outros meios de comunicação de massa. Superando fronteiras territoriais e alcançando locais anteriormente restritos em função das limitações de outros meios de comunicação, a cyberdifusão, entendida como uma rápida disseminação de informação através de meios eletrônicos, permite que

the diffusion of ideas and tactics occurs between individuals and groups much more quickly, potentially reducing the relevance of cultural connections or interpersonal networks for the spread of contention. The process of Internet-carried contention may be less contained or constrained by activist led movements but, rather, unleashed into a type of global electronic riot. (Ayres, 1999, p. 135)

Mesmo com todas estas possibilidades de uma pluralidade de canais informativos e a rapidez com que uma determinada informação pode circular através da Internet, é necessário levar em conta que esta tecnologia e os indivíduos que dela se apropriam estão sujeitos às relações de poder existentes *offline*. A mudança de relações de poder que a Internet possibilita só poderá acontecer se esta estiver situada em uma



configuração mais ampla fora da Internet que também esteja favorável à mudança. É o que afirma Chadwick:

Those in positions of power are likely to shape the adoption and implementation of a new information and communication system in such a way that it serves to enhance rather than undermine their power. Such technologies reinforce inequalities of power based upon other sources, such as an individual's or group's position in a formal hierarchy and their expertise, experience, or control over strategically more significant areas of decision making (Chadwick, 2006, p. 24)

Os novos meios de informação e comunicação promovem uma substancial mudança nas formas de interação nas esferas públicas e gera também um aperfeiçoamento das formas de apropriação dos meios de comunicação tradicionais. Estas mudanças têm permitido dois processos que não são excludentes: a segmentação e a convergência (Bennet e Entman, 2001). Por convergência, entende-se uma tendência cada vez maior de integração entre diferentes canais de comunicação. Através de diferentes softwares os usuários podem acessar a *sites* de vídeo, áudio e texto. Através da banda larga podemos hoje em dia acessar, via Internet, diferentes canais de televisão, de rádio, páginas de jornal impressos na versão *online*, etc. Por sua vez, a segmentação é fruto do processo de convergência, pois os usuários terão, cada vez mais, meios para acessar apenas os canais que lhe interessem especificamente, criando os seus próprios horários, assistindo aos programas que lhes interessam, lendo os jornais que confiam e assim por diante.

As consequências destes dois fenômenos para a prática democrática ainda estão em aberto. Se antes destes desenvolvimentos tecnológicos os meios massivos conseguiam definir facilmente o seu público-alvo, configurando a própria opinião pública, a partir dos mesmos os meios massivos passaram a ter uma dificuldade crescente para realizar as mesmas ações. Com a segmentação torna-se muito mais difícil agregar as diferentes demandas políticas que estarão muito mais fragmentadas do que anteriormente.

Um bom exemplo sobre esta mudança de relação entre os *mass media* tradicionais e as novas tecnologias é a constante vigilância, questionamento e disputa que está a ocorrer entre os primeiros e o fenômeno dos blogs, sites e twitters. Estes têm se tornado um meio de vários tipos de manifestações - críticas, elogios, acusações,

denúncias, propostas. O fato é que as relações entre os mídia e estes meios eletrônicos são bastante complexas, passando por tentativas de deslegitimação a uma política até mesmo colaborativa entre ambos. Como afirma Mayfield: “part of this dynamic is complementary, part of it is competitive – but the two forms of journalism make each other better” (2003, p. 130).

#### **4) Cyberativismo e mobilização eletrônica**

Na presente seção irei discorrer sobre o desenvolvimento formas de mobilização dos movimentos sociais contemporâneos através da Internet. Os repertórios adotados pelos movimentos são uma combinação, por um lado, de ações tradicionais, tais como a participação institucional, via voto, e uma outra variedade de ações, tais como protestos, boicotes e ações diretas, e por outro de ações *online*. Em seu estudo sobre novas formas de ativismo político, Pippa Norris (2002) especifica quais os repertórios desenvolvidos pelos movimentos sociais contemporâneos a partir da apropriação das novas tecnologias de informação e comunicação:

Protest movements have traditionally relied upon activities such as street theatre, public demonstrations, and direct action to challenge authorities. The Internet has altered this dynamic by electronically promoting the diffusion of protest ideas and tactics quickly and efficiently across national borders. The Internet may serve multiple functions for all these organizations, including e-mail lobbying of elected representatives, public officials, and policy elites; networking with related associations and organizations; mobilizing organizers, activists, and members using action alerts, newsletters, and e-mails; raising funds and recruiting supporters; and communicating messages to the public via the traditional news media. (...) In short, digital technologies facilitate the network of networks, which should be an environment where civic society and the public sphere flourish. (Norris, 2002, p. 209)

As ações de protesto têm ganhado força desde os anos 80 (Norris, 2002; Mellucci, 1996; della Porta e Diani, 1999; della Porta e Tarrow, 2005, Bennett, 2004), seja através de boicotes, demonstrações, invasões, e outras tantas formas criativas desenvolvidas pelas organizações de movimentos sociais (OMSs) e as organizações não governamentais (ONGs). De fato, as ações de protesto tem se tornado um meio de expressão política tão fundamental quanto a participação em partidos políticos, associações voluntárias e organizações comunitárias.

As diferentes formas de ação desenvolvidas por movimentos são fruto de um processo histórico cumulativo de atividades anteriormente desenvolvidas e que se adequam às necessidades e aos constrangimentos de cada processo específico que as entidades da sociedade civil desenvolvem, sejam eles constrangimentos financeiros, organizacionais, da agenda política, o nível de repressão política que podem estar sujeitos e as tecnologias que podem ser apropriadas.

De acordo com Sidney Tarrow, os repertórios de conflito são “at once a structural and a cultural concept, involving not only what people do when they are engaged in conflict with others but what they know how to do and what others expect them to do” (1998, p. 30). Isto significa que os movimentos sociais possuem repertórios de ação que se modificam com o tempo, entre outras coisas, em função de mudanças tecnológicas que poderão ser apropriadas de formas distintas; em função do contexto político no qual estão inseridos e também em função das expectativas que outros outros atores sociais terão em relação às ações que irão tomar. Neste caso, em um ambiente no qual muitas entidades da sociedade civil estejam a utilizar as nTICs e a desenvolver novos repertórios a partir destas, tendencialmente outros movimentos também irão se apropriar.

A criatividade é um elemento fundamental no processo de mobilização, pois à medida que novos constrangimentos surgem, novas formas de ação política são desenvolvidas, ou, à medida que novas ferramentas tecnológicas vão se desenvolvendo, também novas maneiras de agir coletivamente vão sendo articuladas. As formas de protesto podem ser mais facilmente organizadas através da Internet (se parte dos envolvidos tiver acesso à rede é claro) mas dificilmente serão substituídas apenas por ações *online*. Isto significa que não há um processo de substituição, mas sim de complementaridade entre as formas de protesto. Segundo Chadwick:

Many traditional groups with a predominantly national focus have gone *online* to augment their offline strategies, by exploiting new ways to reach out to supporters and the media or put pressure on political elites. It seems clear that Internet is affecting the ways that traditional groups campaign. The net has spurred changes that allow groups to capitalize on its potential for recruitment, organizational flexibility, and efficiency (Chadwick, 2006, p. 115)

O ativismo *online* pode se desenvolver através de duas estratégias: a primeira é aquela na qual a Internet é utilizada como um apoio, de forma a fortalecer outras formas de ação política que já ocorriam fora da Internet, como por exemplo, o uso de emails e de plataformas sociais para informar os militantes sobre uma manifestação presencial que está a ser programada. Neste caso o email é utilizado como mais um mecanismo para favorecer a mobilização. A segunda é aquela em que somente através da Internet a ação poderá ser realizada, tal como uma invasão de página ou um *sit-in* virtual, ou seja, a Internet é o meio no qual a ação se desenvolve (Vegh, 2003; Salter, 2003).

O uso da Internet pelos movimentos sociais demonstra a existência de uma relação de mão-dupla entre ambos: no qual um dá forma e também é formado pelo outro. van de Donk *et alli* afirmam que a internet não determina as inovações no campo da mobilizações dos movimentos. A internet provoca a inovação, mas esta deve ser organizada e disseminada. Para os autores, “NGOs are especially innovative in this field: not only has the Internet helped these organizations, NGO’s were also very important for the further development of the Internet” (van de Donk *et alli*, 2004, p. 6).

Isto porque se trata de um processo no qual a tecnologia (no caso, a Internet) determina e é determinada pelo ambiente social no qual está inserida. A co-construção, enquanto uma concepção de complementaridade entre a nossa realidade e a Internet, tem consequências para a sua interpretação na sociedade. Casalegno e Mcara-Willian (2003) afirmam que a realidade é uma construção permanente entre sociedade e atores. Os fluxos e ritmos de comunicação são, portanto, importantes para esta construção cotidiana do sentido e da realidade. Desta forma, os novos ambientes multimídia reproduzem as condições que ajudam os atores neste processo partilhado de construção do senso comum.

A Internet é um instrumento que tem sido utilizado e aprimorado pelos movimentos sociais e que tem promovido mudanças nos repertórios adotados através de novos meios de publicização de informações, novas formas de comunicação e coordenação de mobilizações, através da combinação com outras ferramentas que continuam a ser utilizadas, tais como o fax, o telefone, a mídia impressa, assim como manifestações presenciais. Desta forma, a apropriação das novas TICs para a articulação de ações entre entidades e dentro das próprias entidades não significou uma ruptura com

outras ferramentas já existentes. Trata-se de uma combinação entre indivíduos e artefatos que permite a realização das atividades desejadas, criando assim um *dispositivo*. Como afirma Granjon:

les dispositifs sociotechniques liés à l'Internet introduisent une forme de coordination particulière reposant sur une intrication des ressources techniques. Leur efficacité tient donc pour une bonne part au couplage adéquate de différents acteurs qui vont se coordonner en associant d'une façon bien précise des artefacts, créant ainsi une chaîne opératoire permettant d'accomplir des tâches singulières. (2001, p. 99)

As campanhas e as denúncias promovidas pelas entidades, sejam através de seus respectivos *sites*, *blogs*, redes sociais ou *twitters*, são uma ferramenta poderosa para, primeiramente, publicizar determinados fatos que não estejam sendo veiculados nas mídias tradicionais, mas também como mecanismo de aplacar ou diminuir os riscos que muitos ativistas sofrem ao desenvolverem suas ações em campo. As cyberações podem servir também como mecanismo para pressionar determinados agentes públicos a aprovarem ou não uma determinada proposta de lei, através do envio de emails para seus parlamentares (*lobby*).

Muitas vezes, as ações desenvolvidas em campo pelos ativistas ocorrem em lugares isolados, com pouca ou nenhuma presença do Estado: posseiros em luta pela terra, ambientalistas na defesa de áreas florestais, mulheres em situações de risco em pequenos lugarejos afastados dos grandes centros urbanos. Isto pode levar a situações de violência extrema. Neste caso, as cyberações têm a função de pressionar o Estado a agir limitando as ações violentas por parte dos agressores. A participação de indivíduos isolados ou outras entidades em diferentes níveis, sejam eles nacionais ou internacionais, serve como um anteparo à violência ou como mecanismo de pressão em relação às demandas pleiteadas pelas entidades da sociedade civil. A Internet é uma ferramenta importante para permitir esta conexão entre pessoas em risco e outros movimentos (nacionais ou transnacionais) chamando assim a atenção para a opinião pública mundial, ultrapassando as escalas local e nacional.

Outro fator relevante para esta discussão é o reconhecimento do caráter reticular e descentralizado destes movimentos. Segundo Granjon:

Multiplication des relations et développement de leur polyvalence, polyfonctionnalité et professionnalisation des acteurs, ouverture des frontières et multiplication des cercles sociaux et des resorts d'action de référence, valorisation des liens personnalisés mais autonomes et développement de la polyvalence des relations et des acteurs, et le passage de relations formelles à des relations personnalisées mais autonomes. Le développement de la polyvalence des relations personnalisées favoriserait la bilatéralité des relations, et par là, la tendance à la transitivité des connexions et à l'établissement d'une structure réticule. Les associations-réseaux s'inscrivent dans des réseaux d'associations (Granjon, 2001, p. 55)

A diminuição dos custos da mobilização é algo relevante para os movimentos sociais, que não possuem, tradicionalmente, muitos recursos financeiros. A ação política via nTCI's torna-se mais barata, rápida e por consequência mais acessível a grupos que não fazem parte do sistema político institucionalizado.

A Internet pode colaborar com o processo de mobilização através de boletins, emails, listas de discussão, blogs, twitters e *sites*. As redes telemáticas se baseiam principalmente em práticas descentralizadas entre as entidades, suas bases e os militantes internautas ocasionais, através da construção de um espaço cooperativo que oferece informações vindas das mais variadas fontes e que pode vir a enriquecer as práticas coletivas. A imediatividade, a capacidade de atingir indivíduos nos mais remotos locais e a construção de redes fazem com que esta tecnologia seja particularmente útil no processo de mobilização para ações políticas. Para Van Aelst e Walgrave, "these new, more citizens-based groups will benefit relatively more from the Internet than, for instance, political parties or labour movements" (2003, p. 97)

Por último, temos a questão relacionada à militância na Internet e fora dela. Segundo Granjon, os indivíduos que consagram mais tempo diário ao ativismo virtual são igualmente os militantes presenciais mais ativos (Granjon, 2001, p. 150). Desta forma, podemos concluir que a internet permite uma interação mais descentralizada e a mais baixo custo, os atores que são mais ativos virtualmente são aqueles que já possuem um interesse pelo ativismo político e, por último, aqueles que ficam mais conectados realizando ações políticas virtuais são também os mais ativos nas ações presenciais.

#### **4.1) A mobilização de militantes internautas ocasionais.**

A mobilização dos internautas ocasionais parte do princípio de que estes indivíduos já possuem algum interesse para as questões políticas. Uma questão importante pertencente ao escopo de discussão sobre novas formas de ativismo e o uso da Internet é se há a possibilidade de indivíduos politicamente desinteressados e sem engajamento passarem ao estatuto de politicamente ativos em função da nova tecnologia. A resposta é negativa para grande parte da literatura (Resnick, 1998; Davis, 1999; Le Grignou e Patou, 2004; Granjon, 2001; Hill and Hughes, 1998; Dahlgren 2000, Maia, 2002, Norris, 2002, 2003). Para Le Grignou e Patou:

It appears clear that anyone who wishes to search for information or consult a site committed to a cause, and a fortiori to take part in a form has to comply with certain prerequisites. It implies a special interest and a preliminary commitment, so that the issue of proclivity to political commitment is relevant when it comes to the commitment to the Internet, even if its loose or occasional (Grignou e Patou, 2004, p. 173).

As tecnologias de comunicação e informação favorecem a ação política nos casos em que os indivíduos já possuem o interesse pelas causas em questão, dado que temos uma associação positiva entre pessoas mais bem informadas e participação política. (Norris, 2002, p. 29). Outro dado importante é o da convergência dos acessos à informação; indivíduos mais informados acessam vários tipos de mídia, não sendo, portanto, um processo de imposição ou de exclusão de um determinado meio.

Primeiramente, a mobilização e a ação política através da Internet possuem custos bem menores que a mobilização e participação presenciais, tanto para quem mobiliza quanto para quem está a ser mobilizado. Os internautas militantes ocasionais podem se interessar por causas das mais distintas, tais como assinar uma petição *online* a favor do protocolo de Kyoto e ao mesmo tempo se sensibilizarem e se mobilizarem contra a expulsão de imigrantes ilegais de países desenvolvidos. Temos então uma militância *à la carte*, pois trata-se de um engajamento periódico e algumas vezes distanciado, dado que o internauta não precisa se expor às pressões sociais que normalmente acompanham este tipo de atividades. Segundo della Porta e Diani:

For people involved in these networks, political activism is first and foremost a matter of lifestyle, the expression of deeply felt cultural and political orientations rather than adhesion to any specific political project and the organizations that could support it. (della Porta e Diani, 2006, p. 132)

A Internet é uma arma fundamental para atingir indivíduos que, a princípio sem vinculações políticas às instituições clássicas de organização da sociedade civil, estejam dispostos, desde que sejam “devidamente” convencidos, a participar de ações específicas de protesto, cibernéticas ou não, que tenham alguma identidade com seus interesses e percepções de mundo. Este engajamento possui uma característica fundamental que é a liberdade do militante “não formal” de se envolver quando quiser e onde quiser, sem os altos custos da participação “formal”. A participação em cyberações por militantes ocasionais poderá ou não se desdobrar em uma participação fora da Internet, mas não se trata de um pressuposto exigido pelos movimentos, sendo que a não participação não acarreta alguma forma de sanção. Portanto, o cyberativismo se relaciona com estratégias de ação desenvolvidas através da utilização da Internet e de suas potencialidades pelos movimentos sociais e as ONGs, seja através da articulação com outras entidades, seja através da tentativa de convencimento de um universo de indivíduos que se encontram na rede prontos a serem seduzidos a participar das campanhas que os primeiros promovam.

Para que estes internautas militantes eventuais sejam “seduzidos” a participar das ações de mobilização promovidas pelas entidades é necessário que exista uma ação volitiva dos mesmos, de forma tal que estejam dispostos a acessar as páginas das entidades e possam ver o que está a acontecer em termos de mobilização, ou que estejam vinculados a alguma lista de discussão ou lista de emails para que estejam informados sobre o que está a ocorrer. Trata-se de uma rede informal onde as mensagens convocatórias das ações irão circular. Este caminho se processa inicialmente no sentido das entidades para os seus filiados e, depois, através de redes pessoais, para um público mais alargado que receberá uma mensagem eletrônica recrutando apoiadores e participantes para uma determinada atividade.

Assim sendo, a existência das redes sócio-técnicas e seu potencial viral de propagação são fundamentais para que exista a cyberdifusão e, conseqüentemente, a mobilização de internautas militantes ocasionais. Para que isto aconteça, o processo de mobilização deve ser composto por dois momentos: primeiro, o convencimento da



importância de tal temática e a construção de um consenso em torno dela; e segundo, a mobilização presencial (manifestações de rua, boicotes, etc) ou *online* (re-transmissão de emails, assinaturas virtuais, desobediência civil eletrônica). Em ambos os casos, o custo da participação não deve ser demasiadamente elevado para os militantes eventuais, pois poderia levar a uma defecção na participação. No limite, apesar de favorecer a ação coletiva, a Internet continua sendo um instrumento que apenas reduz as barreiras à participação, mas não as rompe completamente como muitos o desejavam.

#### **4.2) A mobilização das bases**

A articulação entre as entidades da sociedade civil e suas bases através da Internet demanda uma análise cuidadosa de forma a evitar uma visão excessivamente otimista e/ou ingênuas. Os altos níveis de desigualdade sócio-econômicas existentes principalmente nos países do Sul dificultam sobremaneira as interações a partir de plataformas eletrônicas (Everard, 2000; Toulouse e Luke, 1998; Wilhelm, 2000, Santos, 2006). Os custos, a falta de familiaridade com as ferramentas e as distintas noções de tempo e espaço são as principais barreiras a serem rompidas para a efetivação das interações *online* entre movimentos e suas respectivas bases.

Um dos elementos fundamentais para que tenhamos verdadeiramente uma sociedade democrática é a igualdade política, entendida como a possibilidade igual de participar em processos políticos, seja através de mobilizações e ações diretas, seja através da participação em processos deliberativos ou decisórios. A Internet não resolve a questão da participação igualitária, basicamente em função da exclusão digital, realidade que impera de formas distintas em todo o mundo. É necessário muito cuidado ao falarmos sobre a Internet como mecanismo de aperfeiçoamento democrático, pois uma grande parcela da população mundial ainda está fora do processo de apropriação de novas tecnologias. Torna-se importante observar que há os excluídos da revolução digital que fazem parte das bases dos movimentos sociais e ONGs. Há também entidades que estão excluídas, que não possuem recursos financeiros para terem uma

sede, uma linha telefônica, e tampouco uma conexão para a Internet. Temos um processo paradoxal, uma vez que naqueles locais em que grande parte dos indivíduos estão plugados, há possibilidades de aprofundamento democrático, aumentando assim a distância em relação àqueles que não estão conectados. Segundo Pierre Lévy, “as tendências universalizantes e virtualizantes são acompanhadas por um aumento das desigualdades entre os pobres e os favorecidos, entre as regiões centrais e as zonas deserdadas, entre os participantes do universal e seus excluídos” (Lévy, 2000, p. 234).

Grupos que até então se encontravam apenas em situação de desigualdade poderão migrar para uma situação de exclusão, a partir do desenvolvimento do espaço eletrônico, tornando cada vez mais factível a criação de uma subclasse tecnológica. Segundo Santos, “socialmente essa subclasse é constituída por muitos dos grupos sociais que hoje ocupam posições subordinadas no sistema de desigualdade, quer a nível nacional, quer a nível transnacional”. (Santos, 2006, p. 307)

Para além da discussão sobre os recursos materiais necessários para a interação *online*, outras questões simbólicas também dificultam este processo de apropriação das novas tecnologias de comunicação e informação. Segundo Santos, a noção de espaço-tempo hegemônica é a noção estatal, nacional, que se desarticula a partir da propagação do uso da Internet:

O espaço tempo privilegiado é o espaço tempo estatal, nacional. É neste espaço tempo que se consegue a máxima agregação de interesses e é ele que define as escalas e as perspectivas em que podem ser observadas e mensuradas as interações não estatais e não nacionais. (...) É por referência ao espaço-tempo nacional estatal que se define a obrigação política dos cidadãos perante o Estado e deste perante os cidadãos, sendo essa também a escala das organizações e das lutas políticas, da violência legítima e da promoção do bem estar social. (...) O espaço tempo nacional é assim também o espaço-tempo da deliberação política, do processo judicial e, em geral, da ação burocrática do estado, a qual tem no espaço tempo da produção em massa a correspondência isomórfica. (Santos, 2002, p. 10,11)

Estas diferentes noções de tempo nos permitem analisar a articulação entre as entidades da sociedade civil e as suas bases. Neste nível, a perturbação do espaço tempo pode tanto favorecer os movimentos não hegemônicos locais que utilizam as TICs como mecanismos de pressão e de garantia de sua própria integridade, através das denúncias que chegarão ao nível global, como pode também desfavorecê-los, se não se

apropriarem criticamente destas mesmas tecnologias, ou seja, deixando de reconhecer as peculiaridades de cada região e de suas bases, de seus saberes e práticas.

Torna-se necessário, portanto, uma articulação entre o local e o global, permitindo, por um lado, que os movimentos globalizados não percam suas referências locais, representadas pelas suas bases, e, por outro, que as bases locais também tenham acesso às informações e interações com o global, evitando, assim, o perigo de uma falta de conexão entre estas mesmas bases e os movimentos globalizados que as representam.

#### **4.3) A mobilização entre entidades da sociedade civil**

Os desenvolvimentos das novas tecnologias de comunicação e informação têm permitido que o ativismo político se organize de maneira que se superem constrangimentos temporais, financeiros, espaciais, ideológicos e identitários, colaborando para a ampliação das atividades a níveis antes poucas vezes imaginados. As redes de articulação que são criadas entre os diferentes movimentos e que têm na Internet uma grande aliada podem ter um caráter marcadamente democrático. Segundo Bennett:

Communication in distributed networks becomes potentially transformative when networks spill outside of the control of established organizations. Networks that are not limited to the agendas of any of their members may, under the right conditions, become sustainable, growing democratic organizations. When networks are not decisively controlled by particular organizational centers, they embody the Internet's potential as a relatively open public sphere in which the ideas and plans of protest can be exchanged with relative ease, speed, and global scope – all without having to depend on mass media channels for information for recognition. (Bennett, 2003).

As redes existentes entre as entidades não são fruto somente da conexão à Internet, pois grande parte destas redes já existia anteriormente. A utilização de ferramentas tecnológicas anteriores permite que as entidades se comunicassem e se articulassem para a realização de ações coletivas. O telefone, o fax e mesmo o envio de

cartas eram as formas de interação existentes. Neste aspecto, o papel da comunicação *online* foi o de potencializar estas redes. De acordo com Granjon:

À de rares exceptions près, les communautés qui se dessinent à travers les échanges électroniques sont des projections fragmentaires et focalisées de communautés minitantes qui ont déjà une existence sur le terrain. Les pratiques de communication sur réseaux ne peuvent donc être considérées comme des points de passage obligés de l'expression militante qui s'affirme au sein de bien d'autres espaces. (Granjon, 2001, p. 157)

A importância das redes para as entidades é fundamental, pois permite um fortalecimento do nível de pressão por suas demandas e uma troca constante de informações sobre seus respectivos campos de atuação. O apoio recíproco na participação das ações coletivas aumenta o poder de pressão sobre outros agentes políticos. As redes existentes na Internet favorecem também a diminuição dos custos da ação. Segundo Chadwick, a redução dos custos da ação “present new opportunities for under resourced groups. The net often lowers entry costs and allows poorly funded groups to behave as if they have greater resources than they in fact possess” (Chadwick, 2006, p. 120)

A Internet tem favorecido sobremaneira a criação de uma certa capilaridade entre os movimentos com diferentes áreas de atuação, fazendo com que haja um reconhecimento claro sobre o que os une e quais os adversários a serem conjuntamente combatidos. A criação de redes permite aos movimentos atuarem em diferentes níveis, articulando diferentes nós com sobreposições parciais e ligações múltiplas (Castells, 2004).

Esta consolidação das redes e das percepções de lutas em comum não pode se dar somente através das interações *online*. É preciso também que os militantes de distintas organizações estejam no terreno durante os atos presenciais (van de Donk *et alli*, 2004) favorecendo as sensações de intimidade e de imediaticidade (Lowry, 2006, p. 638). Trata-se de um processo que se auto-alimenta, no qual os espaços *online* e presenciais são partilhados, se auto-reforçando. Os momentos de encontros face a face nas mobilizações de terreno são fundamentais para o reconhecimento e o fortalecimento das relações *online*, enquanto estas são fundamentais para aquelas, a fim de reforçarem as articulações entre os participantes das redes. Portanto, o caráter inovador da Internet

está relacionado à emergência de um conjunto de ligações que não residem exclusivamente na proximidade territorial, nem nas relações verticais entre as dimensões de uma organização. O enraizamento das experiências e lutas no nível local não impede às organizações menores de intervir e interpelar as instâncias políticas formais.

Este processo é relevante para a própria definição de um *Nós* coletivo, baseado não apenas no convívio de um determinado espaço territorial. As redes flexíveis constituídas por militantes podem determinar os níveis diferentes de escalas de participação, seja na escala nacional, internacional ou local (Granjon, 2001, p. 80). Essa ruptura espaço temporal através das nTICs permite, portanto, a articulação de ações contra hegemônicas dos movimentos sociais em diferentes escalas .

## **5) Considerações Finais**

No presente texto procurei analisar as diferentes formas de apropriação da Internet pelos movimentos sociais e suas relações. O desenvolvimento de novos repertórios de ação política através da utilização da Internet permitiu que se abrissem novas possibilidades de organização, difusão e mobilização para os movimentos sociais contemporâneos.

Foi possível reconhecer uma articulação entre novas e velhas tecnologias, novos e velhos repertórios de ação. A Internet favorece o desenvolvimento de novos repertórios, tais como produção de boletins eletrônicos, oferecimento de denúncias, promoção ou participação em abaixo-assinados, cooptação de novos membros, entre outros. Apesar de um grande número de possibilidades de ação a partir da Internet, estas

difícilmente irão substituir as ações presenciais. Temos na verdade a possibilidade de articulação entre ações online e presenciais.

Em relação ao processo de mobilização de participantes, simpatizantes e suas bases por parte das entidades da sociedade civil a Internet passou a ocupar um papel fundamental, seja através do envio de emails, boletins e das listas de discussão, transformando a comunicação mais imediata, permitindo atingir seus objetivos com mais agilidade, levando a uma “aceleração da política”. Apesar desta aceleração proporcionada pela Internet, ficou clara a necessidade de se combinarem meios virtuais com os meios tradicionais de comunicação, pois os custos da não participação são muito mais baixos quando a convocação se dá apenas pela Internet. Outro ponto importante a ser colocado é a dificuldade de mobilização *online* das bases, por serem muitas vezes comunidades pobres sem acesso às novas tecnologias.

## **Bibliografia**

- AYRES, J. M. 1999. From the streets to the Internet: The cyber diffusion of contention. In: *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*. 566; 132-143.
- BARBER, B.R. 1999. Three scenarios for the future of technology and Strong Democracy. In: *Political Science Quarterly*, Vol. 113, No. 4, pp. 573-589.
- BARGH, J. 2002. Beyond simple truths: the human-Internet interaction. In: *Journal of social issues – consequences of the Internet for self and society: is social life being transformed?* Vol. 58, nº1 (Faltam páginas).

- BENNET, W. L. and ENTMAN, R. M. 2003. *Mediated Politics – communication in the future of democracy*. Boston:Massachusetts Institute of Technology.
- BENNETT, L. 2004. Communicating global activism – strengths and vulnerabilities of networked politics. In: VAN de DONK, Win, LOADER, B, NIXON, P, and RUCHT. D. (orgs.) *Cyberprotest – new media, citizens and social movements*. London: Routledge.
- CASALEGNO, F. & McARA – McWILLIAN, I. 2003. L’universel avec tonalité. Dynamiques de communication dans les environnements multimédias d’apprentissage. IN : *Sociétés – Technocommunications*, n° 79 (falta página).
- CASTELLS, M. 2004. *A galáxia Internet: reflexões sobre Internet, negócios e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CHADWICK, A. 2006. *Internet politics – states, citizens, and new communication technologies*. New York: Oxford University Press.
- Cohen, J. and Andrew A., 1994. *Civil Society and Political Theory (Studies in Contemporary German Social Thought)*. Boston: MIT Press.
- DAHLGREN, P. 2000. L’espace public et l’Internet. Structure, espace et communication, *Réseaux*, 100.
- DAVIS, R. 1999. *The web of politics – the Internet’s impact on the American political system*. Oxford: Oxford University Press.
- DELLA PORTA, D. and DIANI, M. 2006. *Social Movements: an introduction*. Oxford: Blackwell.
- DELLA PORTA, D. and TARROW, S. (eds.) 2005. *Transnational protest and global activism*. New York: Rowman and Littlefield Publishers.
- DOWNING, J.D.H. 2001. *Radical Media – Rebellious communication and social movements*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- EVERARD, J. 2000. *Virtual States: the Internet and the boundaries of the nation state*. London: Routledge.
- GRANJON, F. 2001. *L’internet militant – mouvement social et usages des réseaux télématiques* Paris : Éditions Apogée.

- GUESSER, A.H. 2006. *Software livre & controvérsias tecnocientíficas – uma análise sociotécnica no Brasil e em Portugal*. Curitiba: Juruá Editora.
- HILL, K. and HUGHES, J. E. 1998. *Cyberpolitics. Citizen activism in the age of the Internet*, Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- LE GRIGNOU, B. and PATOU, C. 2004. ATTA(k)ing expertise – does the internet really democratize knowledge? In: VAN de DONK, Win, LOADER, B, NIXON, P, and RUCHT. D. (org.). *Cyberprotest – new media, citizens and social movements*. London: Routledge.
- LESSIG, L. Introduction to *Free Software, Free Society: The Selected Essays of Richard M. Stallman* <http://www.gnu.no/philosophy/lessig-fsfs-intro.html> ACESSADO 24/02/2009
- LÉVY, P. 2000. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34.
- MAIA, R. 2002. Redes cívicas e Internet – do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: EISENBERG, J. E CEPIK, M. (orgs) *Internet e política – teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MAIA, R. 2006. Mídia e vida pública – modos de abordagem. In: MAIA, R e CASTRO, M.C.P *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MAYFIELD, Ross. Social network dynamics and participatory politics. IN: [www.extremedemocracy.org](http://www.extremedemocracy.org).
- MELUCCI, A. 1996. *Challenging codes – collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MISA, T. J., BREY, P. and FEENBERG A. (orgs) *Modernity and technology*. Massachusetts: MIT Press, 2003
- NORRIS, P. 2002. *Democratic Phoenix – Reinventing political activism*. Cambridge University Press.
- NORRIS, P. 2003. Preaching to the converted? Pluralism, participation and party websites. In: *Party Politics*, vol. 9, nº1.



- RESNICK, D. 1998. Politics on the Internet: the Normalization of Cyberspace. In: TOLOUSE, C. and LUCKE, T. (eds). *The politics of cyberspace*. New York: Routledge.
- RUCHT, D. 2004. The quadruple A – media strategies of protest movements since the 1960s. In: VAN de DONK, Win, LOADER, B, NIXON, P, and RUCHT. D. (eds.) *Cyberprotest – new media, citizens and social movements*. London: Routledge.
- SALTER, L. 2003. Democracy, new social movements, and the internet In: McCAUGHEY, M. And AYERS, M.D (eds.). *Cyberactivism – online activism in theory and practice*. New York: Routledge.
- SANTOS, B. S. 2002 *Reinventar a democracia*. Lisboa: Editora Gradiva.
- SANTOS, B.S. 2006. *A gramática do tempo – para uma nova cultura política*. São Paulo: Editora Cortez.
- SORJ, B., GUEDES, L. E. 2005. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas, *Novos Estudos Cebrap*, nº 72, p.101-117, julho.
- TARROW, S. [1998] 2<sup>nd</sup> Edition 2003. *Power in movement – social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- THOMAS, D. 2003. *Technologies of resistance* paper presented at the congress Democracy in the digital age, Yale Law School.
- TOULOUSE, C. e LUKE, T. 1998. *The politics of cyberspace*. Routledge: New York.
- TOURAINE, A. 1981. *The voice and the eye – an analysis of social movements*. Cambridge: Cambridge University Press.
- VAN de DONK, W, LOADER, B, NIXON, P, and RUCHT. D. (eds) 2004. *Cyberprotest – new media, citizens and social movements*. London: Routledge.
- VEGH, S. 2003. Classifying forms of *online* activism – the case of cyberprotests against the World Bank. In: McCAUGHEY, M. And AYERS, M.D (eds.). *Cyberactivism – online activism in theory and practice*. New York: Routledge.
- VAN DE DONK, W. *et alli* (org.). 2004. *Cyberprotest – new media, citizens and social movements*. London: Routledge.

IV Encontro da Compolítica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011

- VAN AELST, P. and WALGRAVE, S. 2004. New media, new movements? The role of the internet in shaping the 'anti-globalization' movement. In: VAN de DONK, Win, LOADER, B, NIXON, P, and RUCHT. D. (orgs.) *Cyberprotest – new media, citizens and social movements*. London: Routledge.
- WILHELM, A. G. 2000. *Democracy in the digital age*. New York: Routledge.
- YOUNG, I. M. 2003. Activist Challenges to Deliberative Democracy. IN: FISHKIN, J. and LASLETT, P. *Debating deliberative democracy*. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 102-120.